



NEOENERGIA TRANSMISSORA II SPE S.A.

CNPJ nº 36.257187/0001-50 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

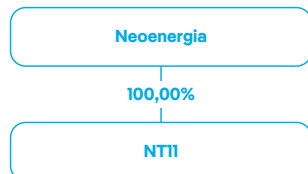
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Transmissora II SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA TRANSMISSORA II SPE S.A.

A Neoenergia Transmissora II SPE S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

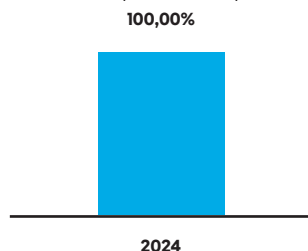
Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Até junho de 2024 a Companhia estava em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se inicia quando a Companhia entra em operação comercial.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2	C2 Simples	230	65	300	28/06/2024	30/09/2052
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2	C2 Simples	230	224	300		

3.2. Subestação em operação

Subestação - Características Físicas					
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV	230/138	150	28/06/2024	30/09/2052	
Secionamento da LT 230 kV e remanejamento do reator	230	-			
Secionamento da LT em 138 kV	138	-			

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Receita operacional líquida	177.091	394.208
Custos	(133.592)	(338.604)
Custos de construção	(130.594)	(338.601)
Custos de operação	(2.998)	(3)
Lucro bruto	43.499	55.604
Perda de crédito esperadas	(28)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(311)	(250)
Lucro operacional	43.160	55.354
Resultado financeiro	(21.505)	(927)
Receitas financeiras	2.854	3.173
Despesas Financeiras	(15.545)	(2.314)
Outros resultados financeiros, líquidos	(8.814)	(1.786)
Lucro antes dos tributos	21.655	54.427
Tributos sobre o lucro	(6.431)	(13.204)
Corrente	(1.570)	(1.062)
Diferido	(4.861)	(2.142)
Lucro líquido do exercício	15.224	41.223

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.224	41.223
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	46	(13)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	46	(13)
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	(1.456)	762
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(1.456)	762
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(1.410)	749
Resultado abrangente do exercício	13.814	41.972

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.224	41.223
Ajustado por:		
Amortização	95	11
Tributos sobre o lucro	6.431	13.204
Resultado financeiro, líquido	21.505	927
Aterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(5.020)	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(163.790)	(409.142)
Fornecedores e contas pagas de empreiteiros	(60.612)	58.676
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	52	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	1.900	15.605
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(62)	(57)
Outros ativos e passivos, líquidos	4.635	(924)
Caixa líquidos consumido nas operações	(180.201)	(280.547)
Encargos de dívidas pagas	(12.980)	-
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(8.756)	-
Recebimentos de aplicações financeiras	2.811	3.173
Recebimentos de caixa	(1.115)	(10)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(200,241)	(277,384)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(619)	(341)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(619)	(341)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimo e financiamento	-	200.000
Aumento de caixa	53.500	228.300
Caixa gerado nas atividades de financiamento	53.500	428.300
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(147,360)	150,576
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151.241	1.065
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.281	151.641

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.281	151.641
Contas a receber de clientes e outros	9	5.022	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	46.317	-
Outros tributos a recuperar		374	5.305
Concessão do ativo público (ativo contratual)	10	41.556	29.177
Adiantamento a fornecedores		2	6.257
Outros ativos		1104	555
Total do circulante		98.656	193.378
Não circulante			
Depósito Judicial	13.1.c	2.870	2.784
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	542.286	390.927
Imobilizado		389	-
Intangível		465	330
Total do não circulante		546.010	394.041
Total do ativo		644.666	587.419
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	11	1.712	62.019
Empréstimos e financiamentos	12	250.398	1.922
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	46.317	1.798
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		52	-
Tributos sobre o lucro a recolher		165	604
Outros tributos a recolher	7.2	996	6.771
Outros passivos circulantes		362	108
Total do circulante		253.685	73.222
Não circulante			
Empréstimos e financiamento	12	-	193.846
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	46.317	5.392
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	21.366	15.332
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.12	17.326	12.465
Provisões	13	2.836	3.003
Outros passivos não circulantes		3.809	5.826
Total do não circulante		45.337	235.864
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	14	345.644	278.330
Total do patrimônio líquido		345.644	278.330
Total do passivo e do patrimônio líquido		644.666	587.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$43.552 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestação - Características Físicas					
Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Deprau da RAP	mês base reajuste	Índice de Correção
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2	100%	43.552	2028	Junho	IPCA
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2					
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV					
Secionamento da LT 230 kV e remanejamento do reator					
Secionamento da LT em 138 kV					

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	177.091	394.208	(217.117)	-55%
MARGEM BRUTA	177.091	394.208	(217.117)	-55%
Custos de construção	(130.594)	(338.601)	208.007	-61%
Custos dos serviços	(2.998)	(3)	(2.995)	99833%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(216)	(239)	23	-10%
= Despesa Operacional	(133.808)	(338.843)	205.035	-61%
PECLD	(28)	-	(28)	0%
EBITDA	43.255	55.365	(12.110)	-22%
Depreciação	(95)	(1)	(84)	764%
Resultado Financeiro	(21.505)	(927)	(20.578)	2220%
IR/CS	(6.431)	(13.204)	6.773	-51%
LUCRO LÍQUIDO	15.224	41.223	(25.999)	-63%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$177.091 mil, -55% vs. 2023 e -R\$ 133.808 mil, -61% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela evolução da obra.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 43.255 mil, redução de 22%, em relação ao ano de 2023.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 21.505 mil em 2024 (+2220% vs. 2023). A variação deve-se ao aumento de despesas com encargos de dívidas em 2024, reflexo das captações que ocorreram no ano.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 15.224 mil, variação de -63% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 250.398 mil (dívida líquida R\$ 199.800 mil).

Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Transmissora II, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Transmissora II e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Transmissora II.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Transmissora II sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva especial de dividendos não distribuídos	Retenção de lucros		
234.801	749	2.139	30.480	10.161	-	278.330
53.500	-	-	-	-	-	53.500
-	-	-	-	-	15.224	15.224
-	(1.410)	-	-	-	-	(1.410)
-	-	-	761	10.848	3.615	(15.224)
288.301	(661)	2.900	41.328	13.776	-	345.644
6.501	-	78	1.109	370	-	8.058
228.500	-	-	-	-	-	228.500
-	-	-	-	-	41.223	41.223
-	749	-	-	-	-	749
-	-	-	2.061	-	(41.223)	(39.162)
-	-	-	-	29.371	9.791	39.162
234.801	749	2.139	30.480	10.161	-	278.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Transmissora II SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Até junho de 2024 a Companhia estava em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se inicia quando a Companhia entra em operação comercial. A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2024, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, quando necessário. Em junho de 2024 a Companhia entrou 100% em operação comercial e a Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$43.552, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2022. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo em 2024 e 2023. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para a Companhia cumpria com suas obrigações. **1.1. Gestão de risco financeiro e operacional:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo



nacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de créditos esperadas
12.3	Instrumentos financeiros derivativos
13	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de efetivar a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2), Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (" <i>Sale and Leaseback</i> ") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming e/</i> ou <i>assemelhadas</i> , que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por parte da Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (CCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (C BIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (" <i>ASG</i> " ou " <i>ESG</i> ").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS <i>Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Construção de infraestrutura da concessão	132.278	397.454
Remuneração do ativo contratual	51.090	11.688
Receita de operação e manutenção	1.398	-
Ganho (perda) na RAP	(766)	-
Receita operacional bruta	184.000	409.142
(-) Deduções da receita bruta	(6.909)	(14.934)
Receita operacional líquida	177.091	394.208

3.1. Deduções da receita bruta:

Tributos	2024	2023
PIS e COFINS - correntes	(737)	-
PIS e COFINS - diferidos	(5.979)	(14.934)
Total	(6.716)	(14.934)

Encargos setoriais

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(193)	-
Total	(193)	(14.934)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8% a.a. e 11% a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal e benefícios a empregos	(915)	(128)
Material	(70.445)	(213.212)
Serviços de terceiros	(59.043)	(102.072)
Outros	(191)	(23.189)
Total	(130.594)	(338.601)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Custos de operação	(257)	(257)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(2.262)	(2.485)
Total	(2.519)	(2.742)

	2024	2023
Pessoal e benefícios a empregos	(257)	(257)
Serviços de terceiros	(223)	(248)
Depreciação e amortização	(95)	(95)
Provisão para processos judiciais	-	29
Impostos, taxas e contribuições	(6)	(22)
Outras receitas e despesas, líquidas	(473)	(473)
Total	(2.998)	(3.309)

	2023	2022
Custos de operação	(239)	(239)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1)	(1)
Total	(240)	(240)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receita financeira	2.811	3.173
Renda de aplicações financeiras	2	-
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	41	-
Atualização de depósitos judiciais	-	-
Total	2.854	3.173

	2024	2023
Despesas Financeiras	(15.328)	(2.283)
Encargos sobre instrumentos de dívida	(109)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(2)	(1)
IOF	(106)	(30)
Outras despesas financeiras	(15.545)	(2.314)

	2024	2023
Outros resultados financeiros, líquidos	(63.447)	6.179
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	8.769	6.179
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(2.431)	(10.442)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos - Nota 12.3.b	58.795	2.503
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos - Nota 12.3.b	(305)	(26)
Perdas com variações cambiais e monetárias	(8.814)	(1.786)
Total	(21.505)	(927)

Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Resultado financeiro, líquido	(21.505)	(927)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro: A Companhia possui como regime de apuração o Lucro Presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21.655	54.427
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.363)	(18.505)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	5.793	17.444
Outras adições (reversões) permanentes	(4.861)	(12.143)
Total	(6.431)	(13.204)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos passivo
Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue:

	2024	2023
Alíquota efetiva	30%	24%
Corrente	(1.570)	(1.062)
Diferido	(4.861)	(12.142)

Diferenças temporárias: Margem na construção e remuneração do ativo de contrato

	2024	2023
Saldo final do período	(17.326)	(12.465)
Passivo não circulante	(17.326)	(12.465)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(12.465)	(323)
Efeitos reconhecidos no resultado	(4.861)	(12.142)
Saldo final do exercício	(17.326)	(12.465)

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recolher

	2024	2023
Imposto de renda - IR	40	328
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	125	276
Ativo	165	604
Ativo circulante	165	604

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseadas em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2024	2023
Impostos sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	4.365
Programa de Integração Social - PIS ¹⁰	3.820	2.730
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ¹⁰	17.631	12.601
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	806	2.396
Outros tributos a recolher	22.257	22.103
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	55	-
Outros	50	-
Encargos Setoriais	105	-
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	22.362	22.103
Passivo circulante	996	6.771
Passivo não circulante	21.366	15.332

¹⁰ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1	74
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.704	29.610
Fundos de investimento	576	121.957
Total	4.281	151.641

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações comprometidas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações comprometidas	576	11.055
Total	576	11.055

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, sujeitas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024	2023
Perdas de créditos esperadas	(28)	(28)
Receivável	5.050	5.022
Total	4.972	4.994

Concessionárias

	2024	2023
Perdas de créditos esperadas	(28)	(28)
Receivável	5.050	5.022
Total	4.972	4.994

Circulante

	2024	2023
Perdas de créditos esperadas	(17)	(17)
Receivável	5.017	5.005
Total	4.940	4.988

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(28)	(28)
Saldo final do exercício	(28)	(28)

9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)



	2024	2023
Saldo inicial do exercício	3.003	-
Adições e reversões, líquidas	(576)	2.727
Atualizações monetárias	379	276
Saldo final do exercício	2.806	3.003

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis ⁽⁹⁾	151	-
Processos trabalhistas ⁽⁹⁾	136	-
Processos fiscais ⁽⁹⁾	3	-
	290	-

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	2.870	2.784
	2.870	2.784

13.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 288.301 (R\$234.801 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$454.000 subscrito e R\$165.700 a integralizar, dividido em 454.000.001 ações ordinárias (454.000.001 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Acionista	Lote de mil ações	%	R\$
Neoenergia Transmissão	288.301	100%	288.301	
Total	288.301	100%	288.301	

14.2. Remuneração do acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.224	41.223
Reserva legal	(761)	(2.061)
Lucro ajustado	14.463	39.162
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	-	(9.791)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(14.463)	(29.371)
Lucro líquido a distribuir	-	-

14.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$1.410 (R\$749 em 2023). **14.4. Reservas de lucros:** a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **b) Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **c) Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação. **14.5. Política contábil:** O capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2024	2023
Ativo	750	750
Contas a receber e outros ⁽⁴⁾	-	-

15.2. Transações com partes relacionadas:

	2024	2023
Passivo	115	115
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros ⁽⁵⁾	-	-

	2024	2023
Receita operacional líquida ⁽⁴⁾	1.943	-
Custo dos serviços ⁽⁵⁾	(1.870)	-
Despesas gerais e administrativas	-	-
Resultado financeiro, líquido	73	-

15.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	448.524	662
a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 Anos	2048	98	403
b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(115)	(1.870)

15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.705	-	576	29.684
Contas a receber de clientes e outros	5.050	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.317	-	-
	8.755	46.317	576	29.684

	2024		2023	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.712	-	62.019	-
Empréstimo e financiamentos	250.398	-	195.768	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	7.190
Outros passivos financeiros	4.168	-	5.924	-
	256.278	-	263.717	7.190

CA - Custo amortizado; VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR - Valor justo por meio do resultado.

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7 - análise de sensibilidade. **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	576	121.957
Instrumentos financeiros derivativos	46.317	-
	46.893	121.957

	Passivos financeiros	
	2024	2023
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.190
	-	7.190

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	250.398	253.187	195.768	194.323

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **16.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as

perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **16.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor de referência	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 40.507	US\$ 40.507		250.937	200.040
Passivo	R\$ 203.854	R\$ 204.047	2025	(204.650)	(207.218)
Exposição líquida				46.287	(7.178)

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Desembolso EUR	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Termo	€ 38	€ 42	2024-2025	30	(12)
Exposição líquida				30	(12)

16.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. **- Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. **- Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. **- Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dividida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,4363	(254)	36	73
NDF				254	(36)	(73)

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar		(250.398)	(254.112)	(38.117)	(76.234)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (US\$)	Queda do Dólar	6,1923	250.937	254.659	38.199	76.397
Exposição Líquida				539	547	82	163

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	4.280	475	(71)	(143)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(204.650)	(28.549)	(4.282)	(8.565)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade
CONTADORA	
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Transmissora II SPE S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Transmissora II SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Transmissora II SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro,

já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contínuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	Janete Im Hayashi Contadora CRC nº 1 SP 303811/O-3
--	--